COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 29/11/2012

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início a 10ª (décima) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2012. E por designação da Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, senhora Vanda Maria Gonçalves Paiva, a condução da reunião foi assumida pelo **Sr. Sinvaldo Moraes dos Santos,** Secretário Municipal de Saúde de Formoso do Araguaia e Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), com a presença dos demais membros: **SESAU**: Hernane Farias Monteiro/Diretoria Geral de Gestão do Fundo Estadual de Saúde; Linvalda Rodrigues Herriques de Araújo/Diretora Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde; Maria Luiza Salazar Freire/Diretoria Geral de Gestão e Acompanhamento Estratégico; Maria Nadir da Conceição Santos/Diretoria Atenção Primária; Ruth Mercês Lustosa Nogueira Paranaguá/Diretoria Geral de Doenças Vetoriais Reemergentes e Controle de Zoonoses. **COSEMS**: Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Representante da Região de Saúde Sudeste; Haideé Campitelli Vasques/Suplente do SMS de Palmas e Representante da Região de Saúde Capim Dourado; Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Representante da Região de Saúde Bico do Papagaio; Maria Regina Stivanin Nishie/SMS de Cristalândia e Representante da Região de Saúde Centro-Sul; Noledir Solange dos Santos Santiago/SMS de Ananás e Representante da Região de Saúde Médio Araguaia-Norte; Sinvaldo dos Santos Moraes/SMS de Formoso do Araguaia, Presidente do COSEMS e Representante da Região de Saúde Extremo Sul. **Pontos de Pauta para Pactuação e Aprovação: ITEM 1 – Pactuação e Aprovação das Pautas:** A Assessora da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), **Sra. Elizangela Braga Andrade** fez a leitura das Pautas da reunião que contêm: 2 (dois) Pontos para Pactuação e Aprovação, e 1 (um) Ponto para Apresentação e Homologação. Solicitados para a Inclusão de Pauta do item 4 (quatro) ao 10 (dez).Pautas aprovadas pela plenária. **ITEM 2 – Pactuação e Aprovação das Atas: Subitem 2.1: Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 19 de abril de 2012; Subitem 2.2: Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 17 de maio de 2012:** Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 19 de abril de 2012, aprovada pela plenária sem ressalvas ou restrições. Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 17 de maio de 2012 foi aprovada pela plenária com a ressalva feita pela **Sra.Maria Nadir da Conceição Santos**/ Diretora de Atenção

Primária de que na linha 187 (cento e oitenta e sete) onde lê-se "manter um profissional médico com carga horária de 20 (vinte) horas recebendo do piso da atenção básica...", incluir "recebendo 60% (sessenta por cento) do incentivo do piso da atenção básica para equipe transitória". **Pontos de Pauta para Apresentação e Homologação: ITEM 3 – Homologação das seguintes propostas da Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde: Subitem 3.1: Repactuação de Recursos do Plano de Educação Permanente (PEP) 2011, referente aos Cursos de Qualificação em Reanimação Neonatal e Especialização em Urgência e Emergência para Médicos para o Curso de Suporte Básico e Avançado de Vida; 3.2: Repactuação de Recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS) 2011, referente ao Curso Técnico de Hemoterapia para Sistema Online de Gestão Escolar na ETSUS/TO; 3.3: Repactuação de Recursos dos Planos de Educação Permanente (PEP) dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, e Recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS) de 2009, 2010 e 2011; 3.4: Repactuação de Carga Horária de Curso Básico de Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa; 3.5: Alteração da modalidade de ensino do Projeto do Curso Introdutório para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem da Estratégia da Saúde da Família; 3.6: Distribuição do recurso financeiro pactuado para Processos Educacionais em Saúde para Cirurgiões-Dentistas da Média e Alta Complexidade:** A expositora **Sra. Márcia Valéria R. de O. Santana**/Diretora Interina de Gestão de Educação em Saúde/Responsável pelo Núcleo de Planejamento e Avaliação (NPA/SETSUS) explicou que no item 3.1 referente à repactuação de recursos do PEP 2011 havia 2 (dois) projetos sendo um do curso de qualificação e reanimação neonatal no valor de aproximadamente R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), e o outro é referente a um curso de especialização em urgência e emergência para médicos com o valor de R$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais), e pontua que essas propostas foram revisadas pelo fato de se considerar que uma especialização seria importante, mas atenderia a um público considerado pequeno diante da necessidade que se vive nos dias atuais em razão da mobimortalidade por causas externas. Diante deste contexto resolveu-se modificar o objeto desses recursos, que somados equivalem a um valor de R$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para fazer um curso de Suporte Avançado e Básico de Vida como os cursos denominados ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support – Suporte de Vida Cardiovascular Avançado), PALS (Pediatric Advanced Life Support – Suporte de Vida Pediátrico Avançado), BLS (Basic Life Support – Suporte de Vida Básico) para médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, e auxiliares de enfermagem onde ALS significa suporte de vida, e onde para os referidos profissionais

das áreas específicas como pediatria, obstetrícia, traumatologia, cardiologia entre outras especialidades. Passando ao **item 3.2,** a **Sra. Márcia Valéria** afirmou que se refere a um sistema de gestão escolar pontuando que a ETSUS (Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde) é uma escola credenciada no Conselho Estadual de Educação, e como tal há uma necessidade de que a ETSUS tenha uma secretaria de ensino dentro da escola. A **Sra. Márcia Valéria** afirmou que há uma secretaria de ensino na ETSUS que trabalhava de forma manual desde que a escola foi implantada fazendo com que arquivos como freqüências e pastas fossem feitos em papel de forma não digitalizada. Portanto, o sistema de gestão escolar permite que todos os arquivos referentes à escola e aos seus alunos sejam digitalizados, permitindo que o fornecimento de dados ocorra de uma maneira mais dinâmica e eficaz. Informou que para a instalação e manutenção preventiva desse sistema foi retirado recurso de rendimento do Curso Técnico de Hemoterapia no valor de R$10.000,00 (dez mil reais). Enfatizou ainda que o referido sistema não foi comprado pela ETSUS, mas sim fornecido a ETSUS pela Secretaria Estadual de Educação. Quanto ao **Item 3.4** a **Sra. Márcia Valéria** explicou tratar-se de um curso operacionalizado e executado pela Diretoria de Atenção Primária, mas financiado com recursos da Política de Educação Permanente (PEP). No projeto inicial o curso possuía 20 (vinte) horas e sofreu uma redução de carga horária de 4 (quatro) horas tendo sua carga horária total de 16 (horas) atualmente e ampliou o público alvo que passou para 240 profissionais. A motivação dessa redução é que além dos profissionais dos municípios, o curso também capacitará os profissionais das instituições de longa permanência, tendo em vista estes não podem se ausentar por um longo período de tempo de seus locais de trabalho. **Item 3.5:** a **Sra. Márcia Valéria** afirmou que no período em que foi proposto o curso, o mesmo seria realizado na modalidade presencial. Destacou que diante das dificuldades dos municípios para encaminhar os alunos para cursos nessa modalidade foi aprovado anteriormente na CIB a alteração para a modalidade de ensino a distância. Informou que durante a execução na modalidade EAD foi identificado que havia dificuldades em relação ao acesso à internet por parte dos alunos. E ao final do curso foram realizadas pesquisas e avaliações onde se verificou que a participação dos alunos nas atividades de discussão, fórum, e chat foi mínima. Ressaltou que foi discutida na última reunião da Comissão Permanente de Integração Ensino e Serviço (CIES) a proposta para o retorno da modalidade presencial, porém ficou consensuado que essa mudança não se daria de maneira abrupta, continuando uma turma na modalidade EAD (Ensino a Distância) e outra turma na modalidade presencial. **Item 3.6:** a **Sra. Márcia Valéria** informou que o curso havia

sido planejado e agora está sendo apresentada uma planilha com o detalhamento dos custos. **Item 3.3:** a **Sra. Márcia Valéria** informou que existem recursos da Política de Educação Permanente no estado desde 2007. Explicou que o fluxo para a liberação do recurso começa com a publicação de portaria ministerial que destina recurso para cada estado por meio de critérios, por exemplo, instituições formadoras, número de Equipes de Saúde da Família, Índice de Desenvolvimento Humano, dentre outros. Ressaltou que o recurso referente à portaria de 2007 chegou ao Estado em 2008 e assim sucessivamente em relação aos anos posteriores. Destacou que quando a Constituição Federal diz que é atribuição da saúde ordenar a formação dos recursos humanos, não significa que cabe à Secretaria Estadual de Saúde executar todos os cursos, até porque não possui condições para isso. Destacou ainda que no primeiro ano (2008) os cursos foram executados pela SESAU. Justificou que em função da morosidade no trâmite dos processos também devido ao cumprimento da Lei 8.666/93 resultou em uma baixa execução dos cursos e acúmulo de recurso financeiro, inclusive proveniente de rendimentos. Ressaltou que surgiram novas demandas. Portanto após revisão das propostas anteriores e das novas demandas surgidas após consulta aos municípios verificou-se a necessidade de repactuação dos recursos dos anos anteriores (2007, 2008, 2009, 2010 e 2011) tanto do PEP quanto do PROFAPS resultando em aproximadamente R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais). Informou ainda que a repactuação dos cursos a serem ofertados com esse recurso foi aprovada na CIES, são especializações, pós-técnicos destacando que estes não incentivam o desvio de função. Ressaltou que os cursos apresentados na planilha contemplam as necessidades principalmente em relação às Redes de Atenção à Saúde, uma vez que estas são norteadoras da Política de Educação Permanente. O Sr. Sinvaldo Moraes/Presidente do COSEMS e SMS de Formoso do Araguaia informou que o assunto já foi discutido com o COSEMS e que não há questionamentos. Itens homologados. **Pontos de Inclusão de Pauta Para Apresentação e Homologação: ITEM 4 – Homologar a Programação Anual das Ações em Vigilância Sanitária dos municípios de Bernardo Sayão, Buriti do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Lajeado e Muricilândia para o ano de 2012, de acordo com o Art.6º (artigo sexto) da Portaria Nº 1.106/GM de 12 de maio de 2010:** Item homologado. **ITEM 5 – Homologar a Distribuição de Recurso financeiro destinado ao procedimento 07.02.05.021-0 – Gancho com Sistema Sulcado para Fixação de Hastes de Titânio, conforme Portaria GM/MS Nº 2.602 de 16 de novembro de 2012:** A expositora **Sra. Simone Rios Luz**/Coordenação de Controle e Sistema de Informação destacou que o recurso anual no valor de R$: 356.852,60 (trezentos

e cinqüenta e seis mil, oitocentos e cinqüenta e dois reais e sessenta centavos) estão destinados para a gestão estadual e serão alocados no Hospital Geral de Palmas-TO. Item homologado. **ITEM 6 – Homologar os Termos de Adesão Municipais, conforme Portaria GM/Nº 2.363, de 18 de outubro de 2012:** A expositora **Sra. Marlene Alves Lopes Rodrigues**/Coordenadora de Imunização informou que é um recurso destinado à informatização das salas de vacina e que embora o Estado do Tocantins possua mais de 300 salas, somente estão cadastradas 284. Informou ainda que até o presente momento somente 83 municípios fizeram a adesão. A **Sra. Maria Regina**/SMS de Cristalândia solicitou que seja encaminhada uma lista ao COSEMS com os nomes dos municípios faltosos para que o COSEMS possa tentar agilizar a adesão. A **Sra. Marlene Alves** informou que houve problemas com os documentos recebidos, pois muitos municípios não enviaram as três vias originais assinadas. Por fim todos concordaram em homologar os Termos dos 83 municípios e na próxima reunião serão homologados os demais. A **Sra. Ruth Paranaguá**/Diretora Geral de Vigilância e Proteção à Saúde declarou que a área técnica entrou em contato com todos os 139 municípios, portanto todos têm conhecimento da existência desse recurso. E afirmou acreditar que o atraso na assinatura dos termos é devido a esse momento de transição, que causa comodismo aos municípios em garantir esse recurso, portanto considerou importante a ajuda do COSEMS. Item homologado. **ITEM 7 – Homologar a Ratificação de Endereço da Construção de Academia de Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Natividade - TO, referente à Proposta de Projeto nº 12244.611000/1110-01 cadastrada no Fundo Nacional de Saúde:** O expositor **Sr. Antonio Dutra Miranda**/Secretário Municipal de Saúde de Natividade justificou que posteriormente ao cadastro da proposta foi verificado que o endereço cadastrado estava indevido e que ao constatar o equívoco, o mesmo foi corrigido e apresentado ao Conselho Municipal de Saúde e ao Ministério da Saúde (MS). Portanto está pedindo a homologação da CIB para que o MS possa liberar o recurso. Item homologado. **ITEM 8 – Homologar a Resolução – CIB Nº. 198/2012, de 13 de novembro de 2012, *Ad Referendum* que Dispõe sobre a Distribuição de Recursos Financeiros Destinados à Execução de Cirurgias Eletivas para os exercícios dos anos de 2012 e 2013 no Estado do Tocantins. TEM 9 – Aprovar a Retificação da Resolução – CIB Nº. 198/2012, de 13 de novembro de 2012, Ad Referendum. Art.1º, Anexo II:** A expositora **Sra. Ellys Simone**/Diretoria de Atenção Especializada informou que a distribuição do recurso se deu em conformidade à Portaria GM/Nº 1.340/2012 e os três componentes utilizados fazem parte do anexo da referida portaria. Informou que o valor total do recurso é R$ 4.452.023,89 (quatro milhões

quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Quanto ao componente I, informou que o valor de R$. R$ 1.305.604,91 (hum milhão trezentos e cinco mil seiscentos e quatro reais e noventa e hum centavos) e que os componentes II e III receberam cada um R$ 1.573.209,49 (hum milhão quinhentos e setenta e três mil duzentos e nove reais e quarenta e nove centavos). Informou ainda que os objetivos da aplicação dos recursos são: Garantir aos usuários do SUS no Tocantins o aumento do acesso a uma assistência qualificada na área de cirurgias eletivas; Reduzir as desigualdades regionais e por especialidade do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos e alocar recursos adicionais para o Componente I – Cataratas. Em seguida fez um resgate da proposta anterior encaminhada ao MS em 2011, onde foi prevista a realização de **7.230** cirurgias eletivas para o período de setembro/2011 a dezembro/2012. Destacou que a distribuição atual se baseou no período de janeiro a agosto/2012 com relação aos procedimentos que são cadastrados e registrados no DATASUS (Departamento de Informática do SUS), portanto, nesse período de oito meses, foram realizados 6.641 procedimentos cirúrgicos. Ressaltou que na proposta atual contempla um aumento de 49,9% (quarenta e nove, vírgula nove por cento) e será para os 139 municípios com duração de junho de 2012 a junho de 2013, portanto a meta física será de 9.961. Ressaltou que a consolidação dessa meta foi fruto de reuniões realizadas com o COSEMS. Destacou os componentes, sendo: Componente I – Cirurgia de Catarata; Componente II – Especialidades e Procedimentos Prioritários (ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, vascular e oftalmologia); Componente III – Outros procedimentos (todos os demais procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade considerados relevantes para a ampliação do acesso, no contexto loco-regional). Informou que as cirurgias serão realizadas nas instituições de saúde (hospitalares e ambulatoriais), sob gestão estadual e municipal, e nas privadas que prestam serviço para as duas esferas administrativas. Prosseguiu informando que o Componente I (cataratas) terá um valor adicional no período 2012/2013, segundo o art. 8º da Portaria GM 1.340/2012, de R$ 569.678,38 (quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos) para atendimento aos municípios que possuam mais de 10% de sua população em situação de extrema pobreza. Apresentou as planilhas e com os nomes dos municípios e valores correspondentes e informou que essa distribuição foi realizada entre os municípios que já realizam estes procedimentos. A expositora informou sobre a necessidade de Resolução-CIB para a correção da planilha referente ao Componente II, onde está disposto o valor de R$ 1.708,83 (hum mil setecentos e oito reais e oitenta e três centavos) para o município de Formoso do

Araguaia, este na verdade é para o município de Araguaína. Destacou que o assunto já foi discutido com o Ministério da Saúde (MS) e que a distribuição foi calculada com percentuais proporcionais à produção aprovada no DATASUS, no período de janeiro a agosto de 2012. Afirmou que os recursos adicionais para a execução das cirurgias de catarata irão contemplar 111 municípios que poderão encaminhar seus usuários para o município executor de referência para atendimentos de oftalmologia, obedecendo a pactuação da PPI vigente, sendo os municípios executores: Araguaina – Gestão Municipal; Gurupi – Gestão Municipal; Palmas – Gestão Municipal e Secretaria de Estado da Saúde. Informou também sobre os recursos adicionais para a cirurgia de catarata destinados para os municípios que possuam mais de 10% de sua População em Situação de Extrema Pobreza no Estado do Tocantins, e que o montante a ser repassado a cada Município executor será publicado em Portaria específica da Secretaria de Atenção à Saúde – SAS/MS. Destacou que o repasse dos recursos será efetivado após apresentação/aprovação da produção referente a usuários residentes exclusivamente nos municípios relacionados e que os procedimentos eletivos possuem uma numeração específica via regulação que são as AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e APACS (Autorização de Procedimentos de Auto Custo/Complexidade). A **Sra. Haideé Campitelli Vasques**/Representante Suplente do SMS de Palmas destacou que foi verificado durante as reuniões sobre esse recurso que os procedimentos do componente II são realizados praticamente pelos hospitais regionais e que o Estado está ficando com a maior parte do recurso, ou seja, R$ 1.547.606,95 (hum milhão quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e seis reais e noventa e cinco centavos), portanto ficou combinado que deverá atender os municípios, ressaltando que na pactuação anterior o Estado não conseguiu realizar as cirurgias que eram as vasculares e ortopédicas. Destacou ainda que esse recurso pode ser utilizado para pagamento de complementação da Tabela SUS. Lembrou aos municípios que nos casos de APAC ou AIH de procedimentos eletivos do grupo 04 –cirurgias da Tabela SUS- os mesmo devem solicitar a numeração específica para cirurgia eletiva, ressaltando que isso é importante para que o procedimento seja computado. Em relação ao recurso para a extrema pobreza lembrou que será recebido somente após a realização do procedimento, pois caso contrário o MS solicitará a devolução do recurso. Itens homologados. **Pontos de Inclusão de Pauta Para Apresentação e Homologação: ITEM 10 – Homologar o Projeto para Habilitação da Unidade de Saúde Mental no Hospital Geral de Palmas – TO (HGP):** A expositora **Sra. Ana Terra de Araújo Rodrigues**/Gerência Técnica de Saúde Mental – Diretoria de Atenção Especializada iniciou

esclarecendo que já existem no HGP 10 leitos e com este projeto de habilitação passam a ser considerados como Unidades de Saúde Mental em hospitais gerais, conforme a Portaria GM/Nº 148/2012 que institui incentivos financeiros de investimento e custeio. Destacou o componente da Rede de Atenção Psicossocial do Tocantins relacionado à Atenção Hospitalar em que um dos itens é o serviço hospitalar de referência para atenção às pessoas com sofrimento ou com transtorno mental e com necessidade de saúde decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Em seguida mostrou o fluxo atendimento e destacou a composição da equipe mínima, definida na Portaria GM/Nº 148/2012, por turno e total respectivamente: Técnicos ou auxiliares de enfermagem: 4 e 12; Enfermeiro: 1 e 3; Profissionais de Saúde Mental de Nível Superior: 2 e 6; Médico Psiquiatra 1 e 3. Informou ainda o recurso financeiro disponibilizado pelo MS no valor de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) para habilitação de 11 leitos. Ressaltou que esse recurso é para investimento, ou seja, apoio para a implantação do serviço hospitalar de referência, portanto para aquisição de equipamentos, adequação de área física e capacitação e é calculado com base no custeio de 01 leito implantado/ano, portanto para 11 leitos será disponibilizado anualmente R$ 740.534,52 (setecentos e quarenta mil quinhentos e trinta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos). Informou a previsão de utilização dos leitos: para 60% (se um paciente ficar após sete dias) o valor da AIH será de R$ 300,00 (trezentos reais)/dia, totalizando R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Para 30% (entre 8 e 15 dias), com AIH de R$ 100,00 (cem reais), ao final de 15 dias serão R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) e para 10% (superior a 15 dias) a AIH será de R$ 57,00 (cinqüenta e sete reais). Ressaltou que os leitos são para atendimento de todo o Estado do Tocantins. Item homologado. **Pontos de Pauta Para Informes: ITEM A - Informes da Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Bipartite: a) Ordem de Início de Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Praia Norte, Porte I, projeto Nº. 11420797000100/2011-01, conforme Portaria GM/MS Nº. 2.206, de 14 de setembro de 2011; b) Termo de Recebimento Definitivo de Obra referente à Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), Porte I, projeto Nº. 24851.511000/1090-05, no município de Palmas - TO, conforme Portaria GM/MS Nº. 2.226, de 18 de setembro de 2009; c) Ordem de Início de Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde da Família do município de Brasilândia do Tocantins, Porte I, projeto Nº. 11299205000136/2011-01, conforme Portaria GM/MS Nº. 2.206, de 14 de setembro de 2011; d) Ordem de Início de Serviço referente à Reforma da Unidade de Saúde Centro, município de Miranorte, Porte I, projeto Nº. 13414643000123/2011-01, conforme Portaria GM/MS Nº. 2.206, de 14 de setembro de 2011; e) Projeto de Implantação de Iniciativas Prioritárias da Política**

Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do SUS no município de Brasilândia do Tocantins, conforme Portaria nº 2.566, de 09 de novembro de 2012: A expositora **Sra. Elizangela Braga Andrade**/Secretária Executiva da CIB informou que foram recebidos os seguintes ofícios dos municípios: Praia Norte- Ordem de Início de Serviço referente à reforma da Unidade Básica de Saúde Praia Norte, localizada à Av. Dom Pedro II, nº 89, Centro; Palmas – Conclusão de Edificação da Unidade de Saúde Lago Sul, localizada no Lago Sul, APl 11, lote 03, EP 05C, Aureny III; Brasilândia- Ordem de Início de Serviço referente à reforma da Unidade de Saúde da Família de Brasilândia, localizada à Av. Antonio Mateus, nº 925; Miranorte- Ordem de Início de Serviço referente à reforma da Unidade de Saúde Centro, localizada à Rua 10, Centro; Natividade- Ordem de Início de Serviço referente à reforma da Unidade de Saúde da Família Divino Espírito Santo, localizada à Rua F, S/N, Setor Ginasial; Santa Maria do Tocantins- Ordem de Início de Serviço referente à reforma do Centro de Saúde Benedito Botelho Santa Maria, localizada à Av. Francisco de Assis S/N, Centro; São Miguel do Tocantins- Ordem de Início de Serviço referente à reforma da Unidade Básica de Saúde II Bela Vista, localizado no povoado de Bela Vista. Brasilândia: informou sobre o Projeto de Implantação de Iniciativas Prioritárias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do SUS no município de Brasilândia do Tocantins, conforme Portaria nº 2.566, de 09 de novembro de 2012. **ITEM B- IV Seminário de Prevenção de DST- HIV/AIDS e Hepatites Virais do município de Ananás-TO:** A **Sra. Noledir Solange dos Santos Santiago**/SMS de Ananás esclareceu que a ONG (Organização Não Governamental) AMAP-SENAPEGS (Associação de Microrregional de Aprendizagem Profissional) foi contemplada com o projeto PEIS-DST/AIDS- Prevenção, Educação e Inserção Social, que foi executado no período de maio a dezembro de 2012. Ressaltou que o projeto objetiva a educação nas escolas e que foi feita uma cartilha com informações sobre DST-HIV/AIDS que será distribuída aos estudantes. Destacou que o projeto previa 100 cartilhas, porém a equipe conseguiu com o mesmo recurso confeccionar 900. Foram selecionados 50 jovens estudantes que foram capacitados como agentes de promoção em saúde e beleza e em prevenção em DST- HIV/AIDS. Informou também que foi realizada a I Jornada de Sensibilização de Trabalhadores em Salão de Beleza que teve a participação de profissionais da beleza e profissionais de saúde. Destacou que na capacitação realizada com os jovens sobre manicure, pedicure, cabelo e maquiagem foram ensinados temas relacionados às DST- HIV/AIDS e Hepatites Virais. O curso teve carga-horária de 200h. Segundo a expositora, embora não tenha sido previsto no projeto e devido ao entusiasmo

dos jovens será realizada a feira da beleza onde eles irão trabalhar com a comunidade os temas da saúde e da beleza. E neste momento convidou a todos para o IV Seminário de Prevenção de DST- HIV/AIDS e Hepatites Virais que será realizado em Ananás, no dia 14 de dezembro, a partir das 8:00h da manhã. O projeto foi financiado pelo MS, SESAU e a AMAP. **ITEM C- Recursos Estaduais para os HPP's (Hospitais de Pequeno Porte):** A Sra. **Maria Regina Stivanin Nishie**/SMS de Cristalândia questionou sobre os pagamentos dos HPP's pelo Estado que segundo ela estão em atraso. Em resposta o Sr. **Hernane Farias Monteiro**/Diretoria Geral de Gestão do Fundo Estadual de Saúde informou que a maior parte dos HPP's estão com os pagamentos em dia e solicitou os nomes dos HPP's para verificar se há algum problema. Ressaltou ainda que não só os recursos dos HPP's, mas Insulinos-Dependentes e Farmácia Básica também foram pagos. **ITEM D- Repasse de Recursos Estaduais**: A **Sra. Haideé Campitelli Vasques**/Representante Suplente do SMS de Palmas questionou sobre os repasses de recursos estaduais para o SAMU e UPA's que estão em atraso. Em resposta o Sr. **Hernane Farias Monteiro**/Diretoria Geral de Gestão do Fundo Estadual de Saúde informou que a SESAU está fazendo gestão juntamente com a Secretaria da Fazenda para que esses recursos sejam repassados aos municípios ainda neste ano de 2012. A **Sra. Haideé Campitelli Vasques** destacou que principalmente os municípios menores que possuem ambulâncias do SAMU estão tendo dificuldades para a manutenção do serviço, pois seus recursos já são poucos. **ITEM E- Súmulas das Reuniões das Comissões Intergestores Regionais (CIR) dos meses de outubro e novembro de 2012:** A **Sra. Maria Luiza Salazar Freire**/Diretora Geral de Gestão e Acompanhamento Estratégico esclareceu que todos os débitos relativos ao SAMU foram previstos no orçamento, mas que houve um contingenciamento de gastos pelo governo estadual que geraram cortes em várias ações da saúde. E espera que no próximo ano o governo não tenha déficit de arrecadação. Em seguida informou que estão sendo repassadas aos membros da CIB as súmulas das reuniões da CIR que ocorreram nos meses de outubro e novembro. Salientou que os municípios precisam apresentar pontos de pautas nas reuniões e que se percebe que há CIR's que contam com o maior envolvimento de gestores e outras não. Destacou que a CIR também é bipartite e que este momento é de estruturação e fortalecimento. Ressaltou que houve avanços, mas que ainda há muitos desafios, assim como o SUS que no próximo ano completará 25 anos. O **Sr. Sinvaldo Moraes dos Santos/** SMS de Formoso do Araguaia e Presidente do COSEMS complementou que a nova configuração das regiões de saúde com 8 CIR's contribuirá para a maior participação dos gestores e fortalecimento dos mesmos

através das discussões e capacitações durante as reuniões. Informou que as CIR's foram abordadas no dia de ontem durante o I Encontro de Secretários Municipais de Saúde que contou com a participação de 80 municípios, SESAU e Tribunal de Contas do Estado. Destacou que o evento foi elogiado pelos gestores que sugeriram que fossem feitos mais eventos como este e também que esses temas fossem discutidos nas reuniões das CIR's. Em seguida leu os novos nomes das CIR's: Bico do Papagaio, Cantão,Capim Dourado,Cerrado,Tocantins-Araguaia, Médio-Norte Araguaia, Porto Nacional e Sudeste. **F-Dia Mundial de Luta contra a AIDS**: A **Sra. Ruth Mercês L. N. Paranaguá**/Diretora Geral de Doenças Vetoriais Reemergentes e Controle de Zoonoses informou que dia 1º de dezembro é comemorado o dia mundial de luta contra a AIDS. Contextualizou que ao longo desses anos foi visto dentro do SUS a interiorização da doença, a mudança de prevalência da doença em relação ao sexo, uma vez que antes de cada 5 casos, somente 1 era feminino e atualmente essa proporção está de 1:1. Observou-se o aumento da doença em mulheres com parceiros fixos e também com o nascimento de crianças expostas ao vírus, por serem filhas de mães HIV positivo. Ressaltou que a luta do MS é trabalhar a prevenção, pois estão surgindo grandes problemas com a epidemia do uso de crack, uma vez que esses usuários possuem comportamento de risco, dentre outros fatores. Atualmente a AIDS é vista como uma doença crônica, pois com o advento dos anti-retrovirais, as quebras de patente e o acesso ao tratamento e exames no SUS fizeram com que essas pessoas pudessem ter qualidade de vida, e a AIDS deixou de ser uma sentença de morte. Concluiu que houve avanços na assistência, apontando que o desafio atual do SUS é a prevenção, não somente da AIDS, mas das outras DST's e hepatites virais, nos jovens e nas mulheres com parceiros fixos. Finalizando parabenizou a Secretária Municipal de Ananás pelo projeto realizado. A **Sra. Elizangela Braga Andrade**/Secretária Executiva da CIB apresentou a proposta do COSEMS para a definição de nova data para a reunião da CIB do próximo mês. Todos concordaram que a mesma seja realizada no dia 11 de dezembro. O **Sr. Sinvaldo dos Santos** informou que as reuniões das CIR's do mês de dezembro foram suspensas em função das transições das gestões municipais e conseqüentemente do aumento de demandas para os secretários municipais de saúde que são próprias do período. O **Sr. Sinvaldo dos** Santos declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da CIB e pelos demais membros presentes nesta reunião.

363 Hernane Farias Monteiro/Diretoria Geral de Gestão do Fundo Estadual de Saúde: _____

364 Linvalda R. H. de Araújo/Diretora Geral da ETSUS: _____

365 Maria Luiza Salazar Freire/Diretora Geral de Gestão e Acompanhamento Estratégico: _____

366 Maria Nadir da Conceição Santos/Diretora Atenção Primária: _____

367 Ruth Mercês L. N. Paranaguá/Diretora Geral de Doenças Vetoriais Reemergentes e Controle de Zoonoses: _____

368 Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis: _____

369 Haideé Campitelli Vasques/Representante Suplente do SMS de Palmas: _____

370 Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis: _____

371 Maria Regina Stivanin Nishie/SMS de Cristalândia: _____

372 Noledir Solange dos Santos Santiago/SMS de Ananás: _____

373 Sinvaldo dos Santos Moraes/SMS de Formoso do Araguaia e Presidente do COSEMS: _____

374